

**HABEAS CORPUS Nº 548.327 - BA (2019/0355625-2)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : ANDRE LUIS DO NASCIMENTO LOPES E OUTROS  
**ADVOGADOS** : ANDRÉIA LUCIARA ALVES DA SILVA LOPES - BA014755  
RAFAEL SMITH FREIRE LIMA - BA041629  
ANDRÉ LUIS DO NASCIMENTO LOPES - BA0034498  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
**PACIENTE** : RAFAEL ALMEIDA DE JESUS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por RAFAEL ALMEIDA DE JESUS contra o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia no julgamento da APC n.º 0529543-85.2014.8.05.0001.

Consta que o Paciente, na mesma oportunidade em que **foi absolvido** do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, **foi condenado** à pena de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 1.050 (mil e cinquenta) dias-multa, pela prática do ilícito tipificado no art. 35 da Lei n.º 11.343/2006, c.c. o art. 62, inciso I, do Código Penal, pois era o líder de um associação criminosa que pratica o tráfico de drogas (fl. 148).

Inconformada, a Defesa interpôs apelação na Corte de origem, que negou provimento ao recurso, em acórdão assim ementado (fl. 212):

**"APELAÇÕES CRIMINAIS. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE TRÁFICO DE DROGAS E DE ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO DE ENTORPECENTES. DEMONSTRADA A OCORRÊNCIA DOS CRIMES. PEDIDOS ABSOLUTÓRIOS NÃO ACOLHIDOS. REQUERIMENTOS DE REDUÇÃO DAS PENAS INDEFERIDOS. REPRIMENDAS PENAS MANTIDAS. SOLICITAÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO DE PENA E DE MUDANÇA DE REGIME PRISIONAL INDEFERIDAS. APELOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS."**

Neste *writ*, a Parte Impetrante sustenta, em suma, que: (i) inexistiriam provas nos autos aptas a condenarem o Paciente; (ii) "*o fato de o Paciente ser considerado líder de associação criminosa foi valorado tanto na primeira fase da dosimetria da pena, quanto na segunda fase, em clara ofensa o non bis in idem*" (fl. 11); (iii) inexistiriam provas

de que o Condenado seria o líder da associação criminosa e, portanto, para a aplicação da agravante do art. 62, inciso I, do Código Penal; e (iv) o Juízo sentenciante teria fixado o regime fechado para o início do cumprimento de pena, mas "*não apresentou qualquer fundamentação para a aplicação do regime mais gravoso*" (fl. 14).

Requer, em medida liminar e no mérito, a absolvição do Paciente por ausência de provas e, subsidiariamente, a aplicação da pena-base no mínimo legal; a exclusão da agravante do art. 62, inciso I, do Código Penal; e o abrandamento do regime para o semiaberto.

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de urgência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas.

Em juízo de cognição sumária, observo que a **análise das alegações defensivas de que** inexistiriam provas nos autos aptas a incriminarem o Paciente pela suposta liderança em associação criminosa, **não pode ser realizada pela via eleita**, pois **não se coaduna com o rito célere e com a cognição sumária do remédio constitucional**. O que pretende a Parte Impetrante, nesse ponto, é o revolvimento de matéria fático-probatória, providência que é sabidamente inviável na estreita via do *habeas corpus* ou do recurso que lhe faz as vezes.

Ainda em caráter perfunctório, observo que a alegação de que **o regime inicial para cumprimento da pena ter sido fixado de forma mais gravosa não procede**, na medida em que o Juízo sentenciante fixou a **pena-base acima do mínimo legal**, ao **valorar de forma negativa duas circunstâncias judiciais**, quais sejam: **a culpabilidade** ("*agiu com culpabilidade diferenciada e em maior grau, visto que atuava como líder ou chefe do grupo criminoso atuante na localidade do Lessa Ribeiro, em São Cristóvão, por cerca de 5 anos, segundo os investigadores da polícia civil, merecendo a sua conduta, assim, maior reprovabilidade penal*"; fls 145-146); e as **consequências do crime** ("*são muito danosas, especialmente, considerando os relatos registrados nos depoimentos colhidos em juízo, segundo os quais trazem afirmações que o grupo*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*chefiado por ele era violento, utilizando-se de armas de fogo"; fl. 146).*

Destarte, vejo, *prima facie*, que o entendimento adotado pelas instâncias ordinárias está em consonância com o teor da Súmula n.º 440/STJ: "*Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito.*"

Entendo que o presente caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a instrução completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância, notadamente sobre o andamento atualizado do feito e a situação prisional do Paciente, a serem instruídas com eventual chave de acesso necessária à consulta dos autos eletrônicos.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora